

ATA Nº 18

REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte uma horas e quinze minutos, realizou-se no Auditório da União das Freguesias, sito à Avenida de França, número mil e noventa e cinco, no município de Vila Nova de Famalicão, uma sessão ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. -----

A sessão presidida pelo Presidente da Assembleia da União das Freguesias, **Jorge Paulo da Silva Oliveira** e secretariada por **Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa** e **Ana Rita Oliveira Pinto**, todos eleitos pela Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”, assinalou as seguintes presenças: -----

António José dos Santos Oliveira – Partido Socialista. -----

Bruno Manuel Alves da Silva - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Fernanda Gabriela de Sá Alves Peliteiro - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”.-----

João Pedro Sampaio de Araújo - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”.-----

Joaquim Moreira de Pinho - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Manuel António de Sousa Mesquita - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. -----

Mariana Fraga Oliveira - Partido Socialista. -----

Verificou-se a falta dos eleitos: -----

Paulo Miguel Navio Vieira da Costa - Partido Socialista, - substituído por **Ana Maria Pinheiro Correia Barroso**. -----

Mónica Alexandra Fernandes Gomes - Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”. - Substituída por **Isabel Maria Carneiro Silva Pimenta**. -----

Camilo de Lellis Serrano Garcia de Araújo - Partido Socialista. -----

ORDEM DE TRABALHOS -----

PRIMEIRO PONTO - Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade da mesma; -----

SEGUNDO PONTO – Apreciação, discussão e votação de Relatório de Gestão e Conta de Gerência de 2020; -----

TERCEIRO PONTO – Apreciação, discussão e votação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação á data de 31 de dezembro de 2020;

QUARTO PONTO – Apreciação, discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e PPI de 2021; -----

QUINTO PONTO – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias de pedido de autorização para a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para execução da rede de drenagem de aguas residuais domesticas e a rede de águas pluviais, a reparar na Rua Fontes Pereira de Melo, conforme minuta em anexo; -----

SEXTO PONTO - Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias sobre o Regulamento de Controlo Interno; -----

SÉTIMO PONTO – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias sobre o Regulamento do Inventário e Cadastro do Património; -----

OITAVO PONTO – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias que altera Taxas do Cemitério da freguesia de Calendário; -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, Jorge Paulo da Silva Oliveira cumprimentou a assembleia e deu conhecimento da distribuição eletrónica e disponibilização em papel da ata número dezassete, do dia vinte e nove do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, que foi colocada imediatamente à discussão dos presentes. -----

Posta à votação, a Ata nº 17 foi aprovada por maioria, com uma abstenção, da eleita **Ana Maria Pinheiro Correia Barroso** por não ter participado na referida reunião. -----

Não tendo sido registados pedidos de palavra para intervenções durante o período de “Antes da Ordem do Dia”, passou-se de imediato ao período da: -----

ORDEM DO DIA -----

PRIMEIRO PONTO – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade da mesma. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, fez questão de mencionar dois pontos importantes, o primeiro tratou-se da “inauguração” do Conservatório da Escola de Dança, na Escola EB 2,3 Dr. Nuno Simões, a escola do Outeiro. Afirmou que esta é uma escola que já teve, em tempos, uma conotação negativa, com alguns problemas, mas que foram posteriormente todos resolvidos. Considerou esta é a grande escola da freguesia de Calendário. Disse que por força do esforço conjunto do Município, do Agrupamento de Escolas da D. Sancho I e do Conservatório, esta escola vai poder estar ao serviço de meninos de todo o país, entre o quinto e o sétimo ano, assumindo-se, pois, como uma mais valia. O segundo ponto, tratou-se da Ação Social. Informou que continuam a ser feitos cabazes alimentares para aceder aos mais carenciados, com os donativos de algumas das empresas famalicenses. -----

Informou que enquanto coordenadora dos trabalhos dos Censos 2021, a equipa que estava no terreno contava com dois subcoordenadores e mais dezoito jovens. Naquele momento já estavam cobertos 97,6% do território da união das freguesias, faltando sensivelmente apenas 300 alojamentos, quando falta ainda algum tempo até término do prazo que termina no final do mês. Informou que dos cerca de 130 candidatos, foram selecionados 18, mais 5 suplentes. -----

António José dos Santos Oliveira, começou por referir que, a propósito da Informação Escrita, a Senhora Presidente da Junta falou de algumas situações, mas de forma muito vaga, daí a sua intervenção para a questionar, no âmbito das obras realizadas no Plano de Atividades para 2021. Crendo que apenas uma pequena parte de uma obra ter sido executada das previstas para o ano em curso, questionou se durante este ano seriam realizadas mais algumas. -----

Ana Maria Pinheiro Correia Barroso, refutando a opinião dada pela Senhora Presidente da Junta, recordou que foi a fundadora da Associação de Pais da EB 2,3 Dr. Nuno Simões, e que esta sempre foi uma escola modelo, sempre teve transportes ao pé da porta, fiscalização da associação de pais, sempre teve alma e coração, pelo que mesmo sem a vinda da Escola de Dança, sempre foi uma escola modelo, daí a sua discordância quanto à opinião da conotação negativa que a Senhora Presidente afirmou em tempos esta escola ter tido. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, começando por responder a esta última intervenção, afirmou que não foi sua intenção dizer que a Escola do Outeiro era uma escola má, recordando que a sua filha aí estudou, tem uma excelente coordenadora e excelentes professores, mas apesar de tudo isso, no início, a esta escola foi-lhe colocado um rótulo por força da sua proximidade com o

bairro social. Reafirmou que a vinda da Escola de Dança era uma mais valia para aquele equipamento educativo. -----

Respondendo ao eleito, António José dos Santos Oliveira, afirmou que algumas obras estavam entregues, mas que não estava a ser fácil trabalhar neste âmbito, atendendo ao momento que passamos, com muita procura e pouca oferta de empresas de construção de obras públicas. -----

SEGUNDO PONTO – Apreciação, discussão e votação de Relatório de Gestão e Conta de Gerência de 2020. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, Chamou a atenção dos presentes para o mapa de despesas e para a execução orçamental. Afirmou que tinham sido previstos 345 mil euros para investimento e foram aplicados 267 mil euros, ou seja 43% do orçamentado. Em relação às associações, à ação social e às escolas as transferências correntes totalizaram o valor de 125 mil euros um valor inferior ao projetado, mas em parte explicado pela situação atual, dando como exemplo as escolas terem estado fechadas durante algum tempo, diminuindo, a despesa que habitualmente comportam. -----

Sobre a análise das obras que estão no PPI, referiu que das 13, 14 obras previstas, foram realizadas várias delas, nomeadamente o acesso à EN 14, primeira fase da Rua José Elísio, Rua da Vitória, uma das ruas do Vinhal, colocação de dois abrigos e parque infantil de Pande. Assegurou que, neste momento, as obras que estão pendentes, são aquelas que não se conseguem resolver por não dependerem somente da ação da Junta de Freguesia, dando como exemplo as obras previstas para a Rua do Outeiro e a Rua Fontes Pereira de Melo, no Covelo, que será objeto da celebração de um contrato Interadministrativo, porquanto não fazia sentido avançar com a sua pavimentação sem que as obras de águas residuais e pluviais, que são da responsabilidade da Câmara Municipal, tivessem lugar. -----

Disse que a Junta não esteve parada e que fez o que foi possível fazer no contexto pandémico que se viveu e ainda se vive por força dos seus constrangimentos. -----

António José dos Santos Oliveira, afirmou que todos os anos se debate o mesmo tema, o tema da transição de obras, das obras que transitam sempre de uns anos para os outros. Anunciou que os eleitos do Partido Socialista não iriam votar a favor dos documentos, porque os documentos deveriam estar assinados pelo Contabilista, pelo Tesoureiro e, inclusive, pela Senhora Presidente e não estavam, ou seja, tão pouco estavam certificados pelo executivo. -----

Reiterou que o ano de 2020, foi mais do mesmo, com obras a transitar de um ano para outro, e se se podia até aceitar que por força da pandemia muitas das obras tenham ficado atrasadas, a verdade é que a cidade estava de pernas para o ar, pelo que, das duas uma, ou as obras da Junta não eram suficientemente atrativas para os empreiteiros ou a Junta não teve capacidade de levar avante aquilo a que se propusera fazer. -----

Notou que o discurso da satisfação em torno da Loja CTT não se alterou e que a execução orçamental, que tem sido sistematicamente baixa, em 2020, foi ainda pior, portanto, no final era tudo mais do mesmo, sem surpresas para ninguém. -----

João Pedro Sampaio de Araújo, afirma que a cidade, bem como a freguesia de Calendário, estava em obras, mas que estas eram obras planeadas, acompanhadas e devidamente executadas. Se Famalicão estava de pernas para o ar, estava de pernas para ao ar porque as obras em curso foram pensadas e estavam a ser executadas tendo por finalidade a evolução e a melhoria do município, daí a satisfação dos eleitos da coligação perante as obras no terreno. Salientou que a oposição entrava frequentemente em contradição, pois, ora dizia que nada se fazia, ora criticava o que se fazia. Salientou que há sempre períodos críticos no decurso da execução de obras como intempéries, e a própria pandemia, não podendo ser justificação para tudo, somou restrições às empresas e aos parceiros dessas empresas, nomeadamente das áreas da logística e transportes. Afirmou que a coligação tinha uma bussola e que felizmente não a tinham perdido. -----

Ana Maria Pinheiro Correia Barroso, afirmou que o eleito pela Coligação, João Pedro Sampaio de Araújo, está confuso. As obras que estão a ser realizadas na cidade, eram da responsabilidade da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia. E o tema em questão, que está a ser discutido, dizia respeito às obras da Junta de Freguesia. -----

João Pedro Sampaio de Araújo, esclareceu que estava a responder ao eleito do Partido Socialista, António José dos Santos Oliveira, dado que tinha sido aquele quem afirmara que a cidade estava de pernas para o ar, palavras, portanto, que não eram suas. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, Reiterou a dificuldade de arranjar empreiteiros disponíveis para a realização das obras. Relativamente ao Espaço do Cidadão e à Loja dos CTT voltou a afirmar que ambos eram excelentes serviços ao dispor da população, a qual se mostra satisfeita pela disponibilidade dos mesmos. Disse que mais importante que aquilo que recebiam pela existência dos ditos serviços era mesmo os serviços prestados, muito apreciados por quem a eles recorria, seja para entrega de correio, renovação de cartão de cidadão, de cartas de condução, entre muitos outros. -----

Em relação às obras, realçou o acordo com o Senhor António Couto para a cedência de terreno destinado ao alargamento da Rua da Fervença, obra que iria melhorar a mobilidade naquela via. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria com nove votos a favor dos eleitos Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”, e três abstenções dos eleitos do Partido Socialista. -----

TERCEIRO PONTO – Apreciação, discussão e votação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação à data de 31 de dezembro de 2020. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, recordou que o Inventário acompanhara sempre, ou seja, fora sempre parte integrante das Contas de Gerência, mas na sequência das recomendações no sentido da sua apresentação autónoma, ele não acompanhou, desta vez, o Relatório de Gestão e Conta de Gerência que a assembleia acabara de aprovar, sendo solicitado o seu agendamento em separado. -----

António José dos Santos Oliveira, questionou a Senhora Presidente da Junta sobre a existência de verbas repetidas no Inventário, dando como exemplos na página número 20 e na página 22, a Rua Maria Helena Sousa Ribas, com a mesma classificação, mas com número sequencial diferente e também nas páginas 20 e 22, a Rua D. Sancho Manuel, com a mesma classificação, mas, igualmente, com número sequencial diferente. Disse que, em ambos os exemplos, mas que podia elencar muitos mais, os valores patrimoniais iniciais também eram diferentes, quando se fazia aquela comparação. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, afirmou que teria de pedir ao contabilista uma justificação mais concreta, adiantando, contudo, que muitas vezes essa duplicação podia, eventualmente, decorrer de pequenas obras que se faziam, de pequenas intervenções que tinham lugar, daí possivelmente a repetição. Comprometeu-se a esclarecer cabalmente a situação numa próxima reunião da Assembleia, ou até mesmo, enviar, posteriormente, por escrito a justificação para o efeito. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com nove votos a favor dos eleitos Coligação “Mais Ação,

Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”, e três abstenções dos eleitos do Partido Socialista.-----

QUARTO PONTO – Apreciação, discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e PPI de 2021; -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, Começou por esclarecer que com o documento em apreciação, era trazido o saldo atual que transportava do ano anterior no montante de 83 mil euros a que acresciam receitas provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias, com um acerto com cerca de 8 790 euros e da realização das eleições no valor de 10 mil euros. Esclareceu que deste total de 101 mil euros, 54 mil euros seriam aplicados em despesas correntes, sobretudo na área da ação social. Em investimentos, dos 101 mil euros seriam aplicados 47 mil euros, na Rua Aires de Jesus Moreira e na Urbanização do Vinhal. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com nove votos a favor dos eleitos Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP”, e três abstenções dos eleitos do Partido Socialista. -----

QUINTO PONTO – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias de pedido de autorização para a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas e a rede de águas pluviais, a reparar na Rua Fontes Pereira de Melo, conforme minuta em anexo. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, referiu que esta é uma das obras há muito ambicionadas, pois trata-se de uma artéria que exige há muito ser intervencionada. Salientou que se trata de uma rua com o piso bastante degradado e com bastantes buracos que precisa de ser pavimentado, obras que são da responsabilidade da Junta, mas antes disso era preciso resolver os problemas com as águas residuais e pluviais, que são da responsabilidade da câmara municipal. Informou que a Junta iria receber 94 500 euros para as redes de saneamento de águas residuais e de águas pluviais, obras sem as quais seria impensável avançar com a pavimentação, mas que a celebração deste contrato permitirá à Junta executar a mesma na sua totalidade. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

SEXTO PONTO – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias sobre o Regulamento de Controlo Interno. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, esclareceu que esta é uma obrigação legal que importava dar cumprimento, dado que inexistia norma de Controlo Interno. Disse que se tratava de uma das inovações do POCAL e que procurou na elaboração do documento colher modelos de outras freguesias, constatando que eram muito poucas aquelas que dispunham deste instrumento. De entre os principais pontos destacou que com este documento foram revistos os valores em caixa e incorporadas exigências com origem em outras entidades. -----

António José dos Santos Oliveira, começou por referir que se começava a ter alguma clareza sobre as atividades das autarquias de todo o país. Sugeriu que no artigo 35º se fizesse a devida centralização dos números, pois o número 2 estava fora do sitio e propôs que no artº 61º onde se dizia, *“o presente regulamento pode ser alterado por deliberação da Junta de Freguesia, sempre que razões de eficácia ou eficiência o justifiquem, bem como poderá ser adaptado consoante as alterações de natureza legal que possam surgir.”*, deveria ler-se *“o presente regulamento pode ser alterado por deliberação da **Assembleia** de Freguesia, sempre que razões de eficácia ou eficiência o justifiquem, bem como poderá ser adaptado consoante as alterações de natureza legal que possam surgir.”*, proposta esta cuja aprovação ou reprovação era condição determinante para o sentido de voto final dos eleitos do Partido Socialista. -----

João Pedro Sampaio de Araújo, reiterou a importância do documento, que sendo o primeiro, poderá no futuro por certo ser objeto de propostas de revisão e de melhoria a apreciar pela assembleia, por força da sua aplicação prática. -----

Presidente da Assembleia da União das Freguesias, Jorge Paulo da Silva Oliveira, pediu licença para de forma excecional poder intervir na discussão, apenas na sua vertente jurídica, para dizer que o poder regulamentar numa autarquia local era um poder partilhado entre o órgão executivo e o órgão deliberativo, sendo sempre o exercício do poder regulamentar da iniciativa da Junta de Freguesia, ou seja, é ela quem tem o impulso para elaborar os regulamentos e suas alterações, mas só e apenas a assembleia os pode aprovar em definitivo, bem como as suas alterações posteriores. A única matéria onde a assembleia tinha e tem poder de iniciativa regulamentar é na elaboração do seu próprio regimento. Nesse contexto, observadas aquelas limitações,

afirmou que o entendimento expresso pelo eleito António José dos Santos Oliveira estava correto, pois decorria de um imperativo legal. -----

Sugeriu, assim, a seguinte retificação: “o presente regulamento pode ser alterado por **proposta** da Junta de Freguesia, sempre que razões de eficácia ou eficiência o justifiquem, bem como poderá ser adaptado consoante as alterações de natureza legal que possam surgir.”, sem necessidade de fazer constar que a mesma tem de ser apreciada pela assembleia, já que isso decorre da letra da lei. -----

Antecipou que por força da sua aplicação prática, este regulamento venha a ser objeto de alterações no futuro. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, com a alteração introduzida ao seu artigo sessenta e um, nos termos da proposta sugerida pelo Presidente da Assembleia da União das Freguesias. -----

SÉTIMO PONTO - Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias sobre o Regulamento do Inventário e Cadastro do Património; ----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, referiu que se tratava de um documento semelhante ao anterior, uma exigência legal e uma recomendação decorrente de uma auditoria da Inspeção Geral de Finanças. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, unanimidade. -----

OITAVO PONTO – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Junta da União das Freguesias que altera Taxas do Cemitério da freguesia de Calendário. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, salientou que embora o assunto aparente simplicidade e efetivamente o seja, assume-se de extrema importância e resultava de uma situação delicada que se vem verificando com uma certa regularidade no cemitério. Há famílias que optam pela cremação, mas para evitar o pagamento da taxa de 150 euros que era a devida pelo depósito das cinzas nas sepulturas, de forma não autorizada, às escondidas, simplesmente desviavam as tampas destas e aí as lançavam, colocando posteriormente, nas lápides a identificação dos entes queridos, tudo isto sem autorização prévia ou posterior da Junta, mas detetável pelas câmaras de vigilância. Para evitar esta situação, a junta decidiu alterar

a taxa para o valor de 50 euros para evitar que as pessoas fizessem este tipo de manobras para fugir à atual taxa de 150 euros, que era a mesma que uma qualquer inumação. -----

António José dos Santos Oliveira, quis apenas ser esclarecido se a Proposta de Alteração das Taxas do Cemitério, se reduzia unicamente à passagem da taxa 150 euros para 50 euros. -----

Presidente da Junta da União das Freguesias, Maria Estela de Sá Veloso Cardona, respondeu afirmativamente. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com onze votos a favor dos eleitos Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP” e dos eleitos do Partido Socialista e um voto contra da eleita do Partido Socialista Ana Maria Pinheiro Correia Barroso. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, **Jorge Paulo Oliveira**, solicitou a aprovação de todas as deliberações ali tomadas em minuta de ata, o qual foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos eleitos do partido socialista e com dez votos favoráveis dos restantes elementos Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão – PPD/PSD, CDS/PP” e Ana Maria Pinheiro Correia Barroso do Partido Socialista. -----

DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

Para este período não houve inscrições. -----

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e nove minutos. -----

Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

Registo de Presenças; -----

Os documento referentes aos pontos um a oito.-----

O Presidente da Assembleia da União das Freguesias

Jorge Paulo da Silva Oliveira

O Primeiro Secretário

Ricardo José Mesquita Carvalho da Costa

A Segunda Secretária

Ana Rita Oliveira Pinto